

Contabilidade Avançada

Adaptação à Lei 11.638/07 e Medida Provisória 449/08

Capítulo 1 – Aplicações de Recursos em Títulos e Valores Mobiliários e outros Ativos

1.2.1 Classificação contábil

Tipo	Liquidez ou intenção de realização	Grupo	Exemplo	Critério de avaliação
Aplicações financeiras	Imediata	Ativo Circulante Disponível Equivalentes de Caixa	Fundos de renda fixa	Custo mais rendimentos incorridos ou valor justo quando classificado como Destinado à Negociação ou Disponível para Venda
Aplicações financeiras	Até o final do próximo exercício	Ativo circulante Aplicações temporárias – após grupo de estoques	Certificados de Depósitos Bancários Debêntures	Custo mais rendimentos incorridos ou valor justo quando classificado como Destinado à Negociação ou Disponível para Venda
Aplicações financeiras	Após o final do próximo exercício	Ativo Realizável a longo prazo Aplicações temporárias	Certificados de Depósitos Bancários Debêntures	Custo mais rendimentos incorridos ajustado por provisão para desvalorização quando o valor de mercado for menor
Estoque de ouro	Imediata ou não	Ativo Circulante Investimentos temporários	Operações de compra e venda de ouro	Custo ajustado por provisão para desvalorização quando o valor de mercado for menor ou justo quando classificado como Destinado à Negociação ou Disponível para Venda
Participações societárias	Intenção de realização até o final do próximo exercício social	Ativo Circulante Investimentos temporários	Ações ou quotas de outras empresas	Custo ajustado por provisão para desvalorização quando o valor de mercado for menor ou valor justo quando classificado como Destinado à Negociação ou Disponível para Venda
Participações societárias	Intenção de realização após o final do próximo exercício social	Ativo Realizável a Longo Prazo Investimentos temporários	Ações ou quotas de outras empresas	Custo ajustado por provisão para desvalorização quando o valor de mercado for menor ou valor justo quando classificado como Destinado à Negociação ou Disponível para Venda
Participações societárias em empresas não controladas nem relevantes coligadas	Com intenção de permanência	Ativo Permanente Não Circulante Investimentos	Ações ou quotas de outras empresas	Custo ajustado por provisão para desvalorização permanente
Participações societárias em empresas controladas ou coligadas relevantes	Com intenção de permanência	Ativo Permanente Não Circulante Investimentos	Ações ou quotas de outras empresas	Método da equivalência patrimonial (veja próximo capítulo deste livro)
Outros ativos	Com intenção de permanência	Ativo Permanente Não Circulante Investimentos	Obras de arte Terrenos para futura	Custo ajustado por provisão para desvalorização permanente

			expansão	
--	--	--	----------	--

1.5 Testes:

1.1. De acordo com o Art. 183 da Lei 6.404/76, no balanço patrimonial os direitos e títulos de crédito serão avaliados:

- (a) Pelo custo de aquisição, sendo inaceitável a constituição de provisão para ajuste ao valor de mercado
- (b) Pelo valor de mercado **no caso das aplicações mantidas até o vencimento**
- ~~(c) Pelo custo de aquisição ou valor de mercado, dos dois o menor, sendo admitido o aumento do custo de aquisição, até o limite do valor de mercado, para registro de variação monetária, variação cambial ou juros acrescidos.~~ pelo seu valor justo, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda
- (d) Pelo custo de aquisição ou valor de mercado, dos dois o maior, não sendo admitido o aumento do custo de aquisição para registro de variação monetária, variação cambial ou juros acrescidos.

Resposta : Alternativa C

1.2. Assinale a(s) alternativa(s) verdadeira(s)

- (a) São exemplos de títulos de crédito : Papéis emitidos por entidades financeiras, tais como Letras de Câmbio, Certificados de Depósitos Bancários ou por entidades não financeiras, tais como as debêntures.
- ~~(b) O estoque de ouro deve ser classificado no ativo circulante e deve ser avaliado pelo custo ou mercado, dos dois o menor.~~ **valor justo quando classificado como disponível para venda ou destinado à negociação**
- (c) Todas as aplicações financeiras oferecem liquidez imediata, portanto, devem ser consideradas, para efeito de análise de balanço, como ~~disponibilidades~~ **equivalentes de caixa**
- (d) Os investimentos em participações societárias devem ser sempre classificados contabilmente no grupo do ativo **permanente. não circulante**
- (e) Sempre que a investida apresentar prejuízo no exercício, a investidora deve efetuar uma provisão para desvalorização.
- (f) O estoque de ouro deve ser classificado no ativo circulante, como disponibilidade, e deve ser avaliado pelo custo ajustado por provisão para desvalorização, quando o valor de mercado for menor.
- (g) Na investidora, o que irá orientar a correta classificação contábil dos investimentos efetuados em outras empresas, a título de participação societária, é a relevância e a importância de tais investimentos.

Respostas : Alternativas A e B

Capítulo 2 Avaliação de Investimentos Permanentes pelo Método da Equivalência Patrimonial

Página 26, 27 e 28

DAS COLIGADAS E CONTROLADAS

~~Art. 2º Consideram-se coligadas as sociedades quando uma participa com 10% (dez por cento) ou mais do capital social da outra, sem controlá-la.~~

~~Parágrafo único. Equiparam-se às coligadas, para os fins desta instrução:~~

~~a) as sociedades quando uma participa indiretamente com 10% (dez por cento) ou mais do capital votante da outra, sem controlá-la;~~

~~b) as sociedades quando uma participa diretamente com 10% (dez por cento) ou mais do capital votante da outra, sem controlá-la, independentemente do percentual da participação no capital total.~~

~~Lei 6404/76 – artigo 243 - § 1º São coligadas as sociedades nas quais a investidora tenha influência significativa. (Redação dada pela Medida Provisória nº 449, de 2008)~~

~~Lei 6404/76 – artigo 243 - § 4º Considera-se que há influência significativa quando a investidora detém ou exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la. (Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008)~~

~~Lei 6404/76 – artigo 243 - § 5º É presumida influência significativa quando a investidora for titular de vinte por cento ou mais do capital votante da investida, sem controlá-la. (Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008)~~

~~Serão considerados exemplos de evidências de influência na administração da coligada:~~

~~a) participação nas suas deliberações sociais, inclusive com a existência de administradores comuns;~~

~~b) poder de eleger ou destituir um ou mais de seus administradores;~~

~~c) volume relevante de transações, inclusive com o fornecimento de assistência técnica ou informações técnicas essenciais para as atividades da investidora;~~

~~d) significativa dependência tecnológica e/ou econômico-financeira;~~

~~e) recebimento permanente de informações contábeis detalhadas, bem como de planos de investimento; ou~~

~~f) uso comum de recursos materiais, tecnológicos, ou humanos~~

NE – 2 – DAS COLIGADAS E CONTROLADAS

Os padrões internacionais determinam que a equivalência patrimonial seja aplicada aos investimentos em controladas e nas demais empresas em que haja influência significativa. Presume-se essa influência significativa quando o investimento representar 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante da coligada. Nos casos de participação inferior a 20% (vinte por cento), a influência significativa tem de ser comprovada.

~~A presente instrução, no entanto, mantém a definição de coligada contida na instrução CVM nº 01/78, ou seja, quando uma sociedade participa com 10% (dez por cento) ou mais do capital social da outra sem controlá-la.~~

~~Essa definição está também contida na Lei nº 6.404/76, sendo que sua compatibilização com os padrões internacionais acima referidos implicaria alteração da própria lei societária.~~

~~Por outro lado, tendo em vista que não existe qualquer restrição na referida lei, foi introduzido o conceito da avaliação pelo MEP nos investimentos em sociedades equiparadas às sociedades coligadas (art. 2º, parágrafo único). A instrução considera equiparada às coligadas aquela sociedade que participa:~~

~~a) indiretamente com 10% (dez por cento), ou mais do capital votante da outra, sem controlá-la;~~

COMENTÁRIOS

~~Para melhor entendimento do conceito de equiparadas, vejamos o seguinte exemplo:~~

~~SOCIEDADE A participa com 40% DO CAPITAL VOTANTE da SOCIEDADE~~

~~B. SOCIEDADE B participa com 30% DO CAPITAL VOTANTE da SOCIEDADE C,~~

~~logo, a SOCIEDADE C é EQUIPARADA à SOCIEDADE COLIGADA da SOCIEDADE A.~~

~~b) diretamente com 10% (dez por cento) ou mais do capital votante da outra, sem controlá-la, independentemente do percentual de participação no capital total, ou seja, inferior a 10% (dez por cento) do capital total.~~

COMENTÁRIOS

~~Também para melhor esclarecimento, apresenta-se um exemplo:~~

~~A investidora possui 15% do capital votante da investida que representa 5% do capital total. Logo, a investida é equiparada à coligada da investidora.~~

AÇÕES	CAPITAL	INVESTIDORA	%
COM VOTO	500	75	15
SEM VOTO	1.000	0	0
TOTAL	1.500	75	5

~~Expandem-se, assim, o conceito e a aplicação do método da equivalência patrimonial. Deve ser ressaltado, no entanto, que os investimentos em sociedade equiparadas estão também inseridos no conceito de relevância estabelecido no art. 4º da instrução.~~

Página 29

DOS INVESTIMENTOS A SEREM AVALIADOS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Art. 5º Deverão ser avaliados pelo método da equivalência patrimonial:

I – o investimento em cada controlada; e

~~II – o investimento relevante em cada coligada e/ou em sua equiparada, quando a investidora tenha influência na administração ou quando a porcentagem de participação, direta ou indireta da investidora, representar 20% (vinte por cento) ou mais do capital social da coligada.~~
~~Parágrafo único. Serão considerados exemplos de evidências de influência na administração da coligada:~~

- ~~a) participação nas suas deliberações sociais, inclusive com a existência de administradores comuns;~~
- ~~b) poder de eleger ou destituir um ou mais de seus administradores;~~
- ~~c) volume relevante de transações, inclusive com o fornecimento de assistência técnica ou informações técnicas essenciais para as atividades da investidora;~~
- ~~d) significativa dependência tecnológica e/ou econômico-financeira;~~
- ~~e) recebimento permanente de informações contábeis detalhadas, bem como de planos de investimento; ou~~
- ~~f) uso comum de recursos materiais, tecnológicos, ou humanos.~~

NE – 4 – DOS INVESTIMENTOS A SEREM AVALIADOS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

~~Neste tópico foram incluídas várias disposições que não estavam contempladas na norma anterior, a saber:~~

- ~~a) os investimentos em sociedades equiparadas às sociedades coligadas devem ser também avaliados pelo MEP, mantidas as condições de relevância e influência previstas para os investimentos em coligadas (art. 5º, II);~~
- ~~b) o parágrafo único do art. 5º apresenta uma relação de fatos que caracterizam a existência de influência na administração da coligada. Esta relação é exemplificativa, podendo evidentemente haver outros casos não contemplados;~~

COMENTÁRIOS

Para facilitar o entendimento da determinação da avaliação ou não pela equivalência patrimonial, deverá ser seguido o seguinte roteiro:

A investida é	Resposta	Método de avaliação	Porque
Controlada ?	Sim	Equivalência	Sendo controlada não precisa verificar outros critérios.
	Não	Indeterminado	Precisa verificar se é coligada ou equiparada , segue roteiro.
Coligada ou equiparada ?	Não	Custo	Não sendo controlada nem coligada ou equiparada , a avaliação será sempre pelo custo.
	Sim	Indeterminado Equivalência	Precisa verificar se é relevante, segue roteiro. Sendo coligada não precisa verificar outros critérios.
A participação na coligada ou equiparada é superior a 20% do capital social de cada uma?	Sim	Equivalência	Investimento relevante em coligada ou equiparada com participação superior a 20% do capital de cada uma.
	Não	Indeterminado	Precisa ver se há influência, segue roteiro.
A investidora exerce influência na coligada ou equiparada relevante na qual participa com menos de 20% do capital?	Sim	Equivalência	Coligada ou equiparada relevante, com participação menor de 20%, mas com influência na administração.
	Não	Custo	Coligada ou equiparada relevante, com participação menor de 20%, mas sem influência na administração.

DO ÁGIO OU DESÁGIO NA AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTO AVALIADO PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Art. 14. O ágio ou deságio computado na ocasião da aquisição ou subscrição do investimento deverá ser contabilizado com indicação do fundamento econômico que o determinou.

§ 1º O ágio ou deságio decorrente da diferença entre o valor de mercado e parte ou de todos os bens da coligada ou controlada e o respectivo valor contábil, deverá ser amortizado na proporção em que o ativo for sendo realizado na coligada ou controlada, por depreciação, amortização, exaustão ou baixa em decorrência de alienação ou perecimento desses bens ou do investimento.

~~§ 2º (Alterado pela Instrução nº 285, de 31-7-98, da CVM) — O ágio ou deságio decorrente de expectativa de resultado futuro, deverá ser amortizado no prazo, na extensão e proporção dos resultados projetados, ou pela baixa por alienação ou perecimento de investimento, devendo os resultados projetados serem objeto de verificação anual, a fim de que sejam revisados os critérios utilizados para amortização ou registrada a baixa integral do ágio~~

§ 2º O ágio ou o deságio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição do investimento e o valor de mercado dos ativos e passivos da coligada ou controlada, referido no parágrafo anterior, deverá ser amortizado da seguinte forma:

- a) o ágio ou o deságio decorrente de expectativa de resultado futuro – no prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, ou pela baixa por alienação ou perecimento do investimento, devendo os resultados projetados serem objeto de verificação anual, a fim de que sejam revisados os critérios utilizados para amortização ou registrada a baixa integral do ágio; e**
- b) o ágio decorrente da aquisição do direito de exploração, concessão ou permissão delegadas pelo Poder Público – no prazo estimado ou contratado de utilização, de vigência ou de perda de substância econômica, ou pela baixa por alienação ou perecimento do investimento.**

COMENTÁRIOS

O ágio decorrente da aquisição do direito de exploração, concessão ou permissão delegada pelo Poder Público deve ser amortizado no prazo estimado ou contratado de utilização, de vigência ou de perda de substância econômica, ou pela baixa por alienação ou perecimento do investimento.

~~§ 3º No caso do ágio referido no parágrafo anterior, o prazo máximo para amortização não poderá exceder a 10 (dez) anos.~~

~~§ 3º O prazo máximo para amortização do ágio previsto na letra “a” do parágrafo anterior não poderá exceder a dez anos.~~

DA DIFERENÇA RESULTANTE DA AVALIAÇÃO BASEADA NO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Art. 16. A diferença verificada, ao final de cada período, no valor do investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial, deverá ser apropriada pela investidora como:

~~I — receita ou despesa operacional, quando corresponder:~~

~~a) a aumento ou diminuição do patrimônio líquido da coligada e controlada em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou que corresponder a ganhos ou perdas efetivos em decorrência da existência de reservas de~~

~~capital ou de ajuste de exercícios anteriores; e~~

~~b) a variação cambial de investimento em coligada e controlada no exterior;~~

~~I - receita ou despesa operacional, quando corresponder a aumento ou diminuição do patrimônio líquido da coligada e controlada, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou que corresponder a ganhos ou perdas efetivos em decorrência da existência de reservas de capital ou de ajustes de exercícios anteriores;~~

~~II – receita ou despesa não operacional, quando corresponder a eventos que resultem na variação da porcentagem de participação no capital social da coligada e controlada;~~

~~III — aplicação na amortização do ágio em decorrência do aumento ocorrido no patrimônio líquido por reavaliação dos ativos que lhe deram origem; e~~

~~III - aplicação na amortização do ágio em decorrência do aumento ocorrido no patrimônio líquido por reavaliação dos ativos que lhe deram origem; e~~

~~• IV – reserva de reavaliação quando corresponder a aumento ocorrido no patrimônio líquido por reavaliação de ativos na coligada e controlada, ressalvado o disposto no inciso anterior.~~

Inciso revogado pela Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008.

~~V - na conta de Ajuste Acumulado de Conversão, diretamente no seu patrimônio líquido, quando corresponder a ajuste da mesma natureza no patrimônio líquido da controlada ou coligada com investimento no exterior, em função das variações cambiais de que trata a regulamentação da CVM em vigor. **Inciso incluído pela Instrução CVM nº 464, de 29 de janeiro de 2008**~~

~~Parágrafo único. Não obstante o disposto no art. 12, o resultado negativo da equivalência patrimonial terá como limite o valor contábil do investimento, conforme definido no § 1º do art. 4º desta Instrução.~~

~~Parágrafo único. Não obstante o disposto no art. 12, o resultado negativo de equivalência patrimonial terá como limite o valor contábil do investimento, que compreende o custo de aquisição mais a equivalência patrimonial, o ágio e o deságio não amortizados e a provisão para perdas. **Redação dada pela Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008.**~~

Páginas 51 e 52

Exemplo 2: Reavaliação de ativos efetuada na controlada ou coligada

A CVM determina a aplicação dos seguintes procedimentos contábeis na investidora em decorrência de reavaliação de ativos efetuada na investida:

- aplicação na amortização do ágio em decorrência do aumento ocorrido no patrimônio líquido por reavaliação dos ativos que lhe deram origem; e
- reserva de reavaliação quando corresponder a aumento ocorrido no patrimônio líquido por reavaliação de ativos na coligada e controlada, quando não houver saldo de ágio fundamentado em diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos bens do ativo da investida.

Situação a

Existe, na investidora, ágio a amortizar em decorrência de diferença entre o valor de mercado e o respectivo valor contábil dos bens do ativo da investida.

Reserva de reavaliação de bens contabilizada em 31-8-X1 na investida B	\$ 100
Participação da investidora A no capital social da investida B	40%
Ágio a amortizar decorrente da diferença entre o valor de mercado e o respectivo valor contábil dos bens da investida	\$ 50

Com base nesses números, a investidora deve contabilizar a amortização do ágio pelo montante de \$ 40, equivalente à sua participação de 40% no aumento ocorrido no patrimônio da investida. Restaria, ainda, um saldo de ágio a amortizar de \$ 10.

Contabilização na investidora

Débito Grupo Conta	Ativo Permanente Participações permanentes em outras sociedades — Avaliados pela equivalência patrimonial Valor da equivalência patrimonial investida B	\$ 40
Crédito Conta	Mesmo grupo Ágio dos Investimentos — investida B	\$ 40

Situação b

Não existe, na investidora, saldo de ágio a amortizar. Nesse caso, a investidora irá reconhecer da seguinte maneira sua participação de 40% no acréscimo ocorrido no patrimônio da investida:

Contabilização

Débito	Ativo Permanente	
Grupo	Participações Permanentes em Outras Sociedades — Avaliadas pela equivalência patrimonial	
Conta	Valor da equivalência patrimonial Investida B	\$ 40
Crédito	Patrimônio Líquido Reserva de reavaliação — bens da investida B	\$ 40

AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

TESTES

1 Considera-se que uma sociedade é coligada da investidora quando a participação da investidora no capital ~~social~~ **votante** da investida for:

- (a) De até 10%
- (b) Superior a 51% do capital votante da investida
- (c) Igual ou superior a ~~10%~~ **20%**, sem que atinja o controle acionário.
- (d) Participação inferior a 51%

Resposta: Alternativa C

2 Condição necessária para que uma sociedade possa ser considerada “CONTROLADA” pela Investidora.

- (a) Participação da investidora superior a 10% do capital social da investida
- (b) Preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores
- (c) Participação global superior a 45%
- (d) A investidora possuir 100% das ações preferenciais.

Resposta: Alternativa B

~~3 Para se determinar, na investidora, a relevância de um investimento em participações societárias, compara-se o valor do investimento com o:~~

- ~~(a) patrimônio líquido da sociedade investida~~
- ~~(b) capital social da coligada~~
- ~~(c) capital social da controlada~~
- ~~(d) patrimônio líquido da sociedade investidora~~

Resposta: Alternativa D

~~4 Para a INVESTIDORA, isoladamente o investimento permanente em sociedade coligada será RELEVANTE quando for igual ou superior a:~~

- ~~(a) 10% do patrimônio líquido da investidora~~
- ~~(b) 15% do patrimônio líquido da investidora~~
- ~~(c) 10% do patrimônio líquido da investida~~
- ~~(d) 20% do patrimônio líquido da investidora~~

Resposta: Alternativa A

~~5 Para a INVESTIDORA, o total de investimentos permanentes em sociedades coligadas e controladas será RELEVANTE quando for superior a:~~

- ~~(a) 10% do patrimônio líquido da investidora~~
- ~~(b) 15% do patrimônio líquido das coligadas e controladas~~
- ~~(c) 15% do patrimônio líquido da investidora~~
- ~~(d) 15% do patrimônio líquido das coligadas~~
- ~~nenhuma das anteriores~~

Resposta: Alternativa C

~~6 Para fins de determinação da RELEVÂNCIA, serão adicionados aos SALDOS DOS INVESTIMENTOS:~~

- ~~(a) As contas a receber da coligada contra a sociedade investidora.~~
- ~~(b) As contas a pagar da coligada contra uma sociedade controlada~~
- ~~(c) O capital social das sociedades coligadas e controladas~~
- ~~(d) O total dos créditos de natureza não operacional, da sociedade controladora contra as sociedades controladas e coligadas.~~

Reposta: Alternativa D

7 O ágio representa a diferença:

- a) a maior entre o valor pago pelo investimento e seu valor de merca-do;
- b) a menor entre o valor pago pelo investimento e seu valor de merca-do;
- c) a maior entre o valor pago pelo investimento e o valor resultante da aplicação do percentual de participação sobre o patrimônio líquido da sociedade investida;
- d) a menor entre o valor pago pelo investimento e o valor resultante da aplicação do percentual de participação sobre o patrimônio líquido da sociedade investida.

Resposta: alternativa C.

8 O prazo remanescente para amortização do *ágio*, fundamentado no valor de mercado de um edifício **com vida útil de 25 anos** que já havia sido depreciado por cinco anos será de:

- a) 5 anos;
- b) 15 anos;
- c) 20 anos;
- d) 25 anos.

Resposta: alternativa C.

10. ~~Quando a participação societária for permanente e relevante~~, O efeito gerado por prejuízos apurados na investida avaliada pelo método da equivalência patrimonial deve ser registrado pela empresa controladora da seguinte forma:
- a) Lucros/prejuízos acumulados
a Participações societárias – Grupo do ~~Permanente Não Circulante~~ – Investimentos;
 - b) Participações societárias – Grupo do ~~Permanente Não Circulante~~ – Investimentos
a Lucros/prejuízos acumulados;
 - c) Lucros/prejuízos acumulados
a Participações nos resultados de coligadas e controladas;
 - d) Participações nos resultados de coligadas e controladas
a Lucros/prejuízos acumulados;
 - e) Participações nos resultados de coligadas e controladas
a Participações societárias – Grupo do ~~Permanente Não Circulante~~ – Investimentos.

Resposta: alternativa E.

11. Nas participações societárias ~~permanentes e relevantes~~ efetuadas em controladas e coligadas ~~e equiparadas às coligadas~~, os dividendos pagos pelas investidas são tratados como:
- a) receitas não operacionais;
 - b) resultado de exercícios futuros;
 - c) receitas operacionais do período;
 - d) redução do valor dos investimentos;
 - e) resultado positivo de equivalência.

Resposta: alternativa D.

Página 62

Eliminar questão 13

Questão 14 Substituir ~~Permanente~~ por Não Circulante

Página 63

Eliminar questão 17

Capítulo 3 Consolidação das Demonstrações Contábeis

Página 97

1 Classificação da participação dos acionistas não controladores no balanço patrimonial consolidado:

- a) após o Patrimônio Líquido;
- b) entre o Passivo Circulante e o Exigível a Longo Prazo;
- c) como uma Conta Retificadora do Ativo Permanente;
- d) após o ~~Exigível a Longo Prazo~~ **Passivo Não Circulante** e antes do Patrimônio Líquido;
- e) nenhuma das anteriores.

Resposta: alternativa D.

2 O ágio incorrido na aquisição de um investimento e fundamentado no va-lor de mercado das máquinas da sociedade investida é classificado no seguinte grupo de contas do balanço patrimonial consolidado:

- a) investimento, como adição às contas do respectivo investimento;
- b) ativo imobilizado, como adição às contas das máquinas;
- c) ativo diferido;
- d) participação minoritária;
- e) nenhuma das anteriores.

Resposta: alternativa B.

3 Classificação no consolidado do deságio baseado em valor de mercado de bens do ativo imobilizado da sociedade controlada:

- a) resultado de exercícios futuros;
- b) patrimônio líquido;
- c) decréscimo do ativo imobilizado;
- d) acréscimo ao ativo diferido.
- e) nenhuma das anteriores.

Resposta: alternativa C.

4 Classificação no consolidado do ágio baseado na expectativa de lucros futuros:

- a) ~~investimentos intangível~~;
- b) ativo imobilizado;
- c) ativo diferido;
- d) resultado de exercícios futuros;
- e) patrimônio líquido.

Resposta: alternativa A.

~~5 Classificação no consolidado do deságio baseado na expectativa de lucros futuros:~~

- ~~a) ativo imobilizado;~~
- ~~b) ativo diferido;~~
- ~~c) investimentos;~~
- ~~d) patrimônio líquido;~~
- ~~e) resultado de exercícios futuros.~~

~~**Resposta:** alternativa E.~~

Capítulo 4 Sociedades Controladas em Conjunto – Joint Ventures

Não há alterações

Capítulo 5 Investimentos Permanentes em Coligadas, ~~suas Equiparadas e~~ Controladas no Exterior

Página 125

5.3 PRONUNCIAMENTO DO IBRACON

O Ibracon – Instituto Brasileiro de Contadores emitiu seu Pronunciamento n° XXV – Investimentos societários no exterior e critérios de conversão de demonstrações contábeis de outras moedas para reais. Tal pronunciamento foi aprovado pela CVM, através da Deliberação n° 28, de 5 de fevereiro de 1986, tornando obrigatória sua adoção, pelas companhias abertas.

O Pronunciamento do Ibracon referido no parágrafo anterior havia sido emitido com base na Norma Internacional de Contabilidade IAS 21 que gerou o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 2 - EFEITOS DAS MUDANÇAS NAS TAXAS DE CÂMBIO E CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 21 (IASB). Portanto, as alterações neste capítulo são mínimas, conforme segue:

Página 131

21 O ajuste decorrente da comparação do valor final em relação ao valor contábil do investimento representará um ajuste à conta de investimento, tendo, como contrapartida, conta de resultado do exercício, na medida em que corresponda a ganhos ou perdas efetivos, relativamente:

1) À participação da investidora no resultado do exercício da coligada ou controlada e nos acréscimos ou diminuições patrimoniais realizados na coligada ou controlada. Estes ganhos ou perdas devem ser registrados pela investidora como resultado operacional.

2) À diferença de avaliação decorrente das variações cambiais. Tais ganhos ou perdas devem ser registrados ~~como resultados não operacionais – ganhos e perdas de capital. ∴~~ como segue:

CPC 2 - O resultado de equivalência patrimonial da investidora será desdobrado em duas parcelas: uma registrada no resultado, representando o efetivo resultado da investida devidamente convertido, e outra registrada no patrimônio líquido da investidora para alocação ao seu resultado no futuro, correspondente às variações cambiais tratadas em conta especial no patrimônio líquido das demonstrações convertidas da investida.

Página 141

5.3.9 Conclusões do Ibracon

44. O Método da Taxa Corrente é aplicável para ser adotado para investimentos em coligadas e controladas em países de moeda forte e estável.

45. Tendo em vista que o valor dos investimentos ajustados pela equivalência patrimonial deverá ser corrigido com base no critério vigente no Brasil, a aplicação do método da taxa corrente fará gerar um ajuste de equivalência patrimonial que compreende, na verdade, a participação da investidora no lucro convertido da investida, acrescido ou reduzido do efeito da disparidade no exercício entre a variação das ORTNs (utilizadas para corrigir o investimento) e a variação na taxa de câmbio. Tal ajuste deverá ser apresentado em duas parcelas em destaque na Demonstração de Resultado da investidora no Brasil, como segue:

.parcela atribuível a ganhos ou perdas cambiais do investimento – ~~Resultado não Operacional~~
patrimônio líquido da investidora para alocação ao seu resultado no futuro, correspondente às variações cambiais tratadas em conta especial no patrimônio líquido das demonstrações convertidas da investida.

**5.5. RESOLUÇÃO Nº 1052/05 DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE:
CONVERSÃO DA MOEDA ESTRANGEIRA NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - NBC T 7.**

A NBC T 7 referida no parágrafo anterior havia sido emitida com base na Norma Internacional de Contabilidade IAS 21 que gerou o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 2 - EFEITOS DAS MUDANÇAS NAS TAXAS DE CâMBIO E CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 21 (IASB). Portanto, não há alterações.

11. ~~Segundo a NBC T 7~~, a variação cambial apurada entre a data do registro inicial ~~do investimento em sociedade no exterior~~ e a data do encerramento do exercício social deve ser:

- a) Apropriada ~~ao resultado, independentemente se receita ou despesa~~ no patrimônio líquido da investidora;
- b) Diferida até a data da liquidação da transação;
- c) Apropriada ao resultado de exercícios futuros, se receita;
- d) Apropriado em despesas antecipadas, se despesa.

Resposta: alternativa A

Capítulo 7 Reestruturações Societárias – Incorporação, Fusão e Cisão de Empresas

A Lei 6.404/76 foi alterada em seu Art. 226 § 3º pela medida Provisória 449/08 conforme segue:

Lei 6.404/76 Art. 226 § 3º A Comissão de Valores Mobiliários estabelecerá normas especiais de avaliação e contabilização aplicáveis às operações de fusão, incorporação e cisão que envolvam companhia aberta. (Redação dada pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

Até esta data, a CVM não emitiu norma sobre o assunto. Portanto, não há alterações neste capítulo.

Capítulo 8 Contabilização do Imposto de Renda e Contribuição Social – Imposto de Renda Diferido

Não há alterações neste capítulo.

Capítulo 9 – Juros sobre o Capital Próprio

Não há alterações neste capítulo.